

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL: um desafio nas escolas do Estado de Roraima

PUBLIC POLICIES ON ENVIRONMENTAL EDUCATION: a challenge in the schools of the State of Roraima

Terezinha Vinhote Meireles

Secretaria Estadual de Educação e Desportos de Roraima (SEED/RR)

terezinharr@gmail.com

RESUMO

O objetivo deste artigo é situar o processo de institucionalização da educação ambiental no Estado de Roraima. Esse processo apresenta características de ações sistêmicas de valorização das práticas dialógicas e está relacionado com o estado da arte e com as políticas públicas de educação ambiental no atual contexto. Para alcançar o objetivo, identificaram-se os agentes dessa construção e as discussões que geraram incentivos para a criação de responsabilidades ambientais e deram origem à proposta desenvolvida nas escolas da rede pública de Roraima com ênfase no espaço educador sustentável. A metodologia adotada foram levantamentos bibliográficos e análises documentais por meio da leitura dos Relatórios de Atividades da Secretaria Estadual de Educação. Essa estratégia permitiu verificar a evolução das políticas ambientais para as escolas públicas do estado. O cenário apresentado mostrou resultados positivos de ações e políticas de educação ambiental produzida com base em uma perspectiva de descentralização, compartilhamento, disseminação de valores democráticos e proposições político-pedagógicas que induzem e estimulam uma educação para a sustentabilidade. Nessas proposições, constam a formação continuada de professores, a inserção da educação ambiental no currículo escolar, a criação de Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas), a implantação e a implementação da Agenda 21, a avaliação e o acompanhamento de projetos em educação ambiental, as Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente e a utilização de recursos financeiros oriundos do FNDE para o fortalecimento dessas políticas.

PALAVRAS-CHAVE:

Políticas públicas. Educação. Escola.

ABSTRACT

The goal of this study was to situate the process of institutionalization of environmental education in the State of Roraima. This process presents characteristics of systemic actions of valorization of dialogic practices and is related to the state of the art and to the public policies on environmental education in the current context. In order to reach the goal, the agents of this construction and the discussions that generated incentives for the creation of environmental responsibilities were identified and gave origin to the proposal developed in the public schools of Roraima with emphasis in the sustainable educator. The methodology adopted was bibliographical surveys and documentary analyses through the reading of the Reports of Activities of the State Secretariat of Education. This strategy allowed to observe the evolution of the environmental policies for the public schools of the state. The scenario showed positive results of actions and policies on environmental education produced based on a perspective of decentralization, sharing, dissemination of democratic values and political-pedagogical propositions that induce and stimulate an education for sustainability. These proposals include continuing teacher education, inclusion of environmental education in the school curriculum, creation of Committees on Environment and Quality of Life (Com-Lives), implementation of Agenda 21, evaluation and monitoring Environmental education projects, the Children and Youth Conferences for the Environment and the use of financial resources from FNDE for the strengthening of these policies.

KEYWORDS:

Public polices. Education. School.

INTRODUÇÃO

A construção das políticas públicas de educação ambiental no Estado de Roraima tomou como base os princípios da sustentabilidade, voltados para a formação da cidadania e da valorização da aprendizagem como um processo contínuo, que contribui para a formação social e ambiental do homem.

Portanto, o processo de institucionalização da educação ambiental em Roraima é marcado pela premissa educacional da sustentabilidade e pela

perspectiva sistêmica de valorização das práticas ambientais dialógicas e contextuais.

As políticas públicas da educação ambiental criadas pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto (Seed) do Estado Roraima, por intermédio da Divisão de Educação Ambiental, utilizaram subsídios fomentado pelo Órgão Gestor das Políticas da Educação Ambiental, pelo Ministério da Educação e Cultura, por meio da Coordenação Geral de Educação (CGEA), pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Departamento de Educação Ambiental (DEA), que coordenam o Plano Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea).

Barbosa (2008) valoriza a educação ambiental como um instrumento de ensino que tem como objetivo a prevenção e o enfrentamento dos riscos globais por meio de ações de comunicação e difusão de informações capazes de repercutir na forma de pensar e agir dos sujeitos. O autor defende que a educação para o desenvolvimento sustentável pode ser medida pelo grau de mudança de atitudes do indivíduo, incentivando a formação do cidadão consciente.

Os levantamentos estatísticos demonstram que as políticas de educação ambiental para as escolas do Estado de Roraima abarcam essas características, inclusive potencializando os resultados da aprendizagem dos estudantes. Os Relatórios de Educação Ambiental fornecidos pela Divisão de Educação Ambiental da Seed revelam resultados positivos em relação ao fortalecimento das políticas de educação ambiental no Estado de Roraima.

As práticas escolares devem dar condições aos alunos de participar de discussões, opinar sobre temas atuais e principalmente ter acesso ao conhecimento científico de forma crítica, sendo a educação ambiental um instrumento valioso para isso (GUIMARÃES, 1995).

Nesse sentido, a educação ambiental no Estado de Roraima adota um novo paradigma, que viabiliza a política socioambiental por meio da educação voltada para a sustentabilidade, buscando a promoção de uma sociedade mais igualitária, justa, consciente e comprometida com o

ambiente, capaz de transformar valores e atitudes dos indivíduos, adotando, dessa forma, uma nova postura diante da natureza.

PROCESSOS DE INSTITUCIONALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO BRASIL

A Conferência de Estocolmo, em 1972, deu visibilidade à educação ambiental ao adotar uma visão estratégica em relação às questões ligadas ao meio ambiente. A Conferência de Tbilisi, em 1977, estabeleceu as bases conceituais, tornando-se marco internacional sobre o assunto. Em suas recomendações, vale destacar o caráter interdisciplinar que se imprimiu à educação ambiental (GUIMARÃES, 1995).

O processo de institucionalização da educação ambiental no Brasil teve início em 1973 com a criação da Secretaria Especial do Meio Ambiente (Sema), vinculada à Presidência da República. Em 1981, a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA) foi estabelecida, em âmbito legislativo, surgindo, então, a necessidade de inclusão da educação ambiental em todos os níveis de ensino, incluindo a educação informal, objetivando capacitar os agentes para a participação ativa na defesa do meio ambiente.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu, no inciso VI do artigo 225, a necessidade de “promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente”.

A discussão acerca da resolução dos problemas relacionados ao meio ambiente teve enfoque interdisciplinar a partir da Rio 92, Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Cnumad), realizada no Rio de Janeiro. A reunião estabeleceu diretrizes para o tratamento da temática ambiental nas próximas décadas e instaurou a cooperação entre os Estados, os diversos setores da sociedade organizada e a população em geral.

A Agenda 21 foi um dos principais documentos elaborados nesse evento, que reuniu propostas de ações estratégicas visando promover a qualidade de vida e o desenvolvimento sustentável com vista aos século 21. A agenda trouxe a proposta da pedagogia da sustentabilidade elaborada

pelos governos como instrumento de planejamento, bem como a proposta de parcerias entre governo e sociedade (BRASIL, 2005).

Ainda em 1992, foi realizado o I Encontro Nacional de Centros de Educação Ambiental, que reuniu coordenadores de centros e técnicos das secretarias de educação para debater as propostas pedagógicas, os recursos institucionais e proceder à apresentação de experiências exitosas (MENDONÇA, 2004).

Em dezembro de 1994, em razão da Constituição Federal de 1988 e dos compromissos internacionais assumidos durante a Rio 92, foi criado pela Presidência da República o Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea), por meio de parceria entre o Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, o Ministério da Educação e do Desporto, o Ministério da Cultura e o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Em 1995, foi criada a Câmara Técnica Temporária de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente (Conama). Os princípios orientadores para o trabalho dessa câmara foram a participação, a descentralização, o reconhecimento da pluralidade e da diversidade cultural e a interdisciplinaridade.

Depois de dois anos de debates, em 1997 os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram aprovados pelo Conselho Nacional de Educação. Eles apresentaram subsídios para apoiar as escolas na elaboração dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs), inserindo procedimentos, atitudes e valores no convívio escolar e comunitário, bem como a necessidade de tratar de alguns temas sociais urgentes, de abrangência nacional, denominados de temas transversais. Entre eles, a educação ambiental foi contemplada.

Em 1999, foi aprovada a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), regulamentada pelo artigo 225 da Constituição Federal, trazendo reconhecimento político para a educação ambiental.

Sato (2002) explica que não havia consenso sobre a compreensão, a natureza ou o princípio da educação ambiental. O autor traz uma abordagem emancipatória, que busca a igualdade e a justiça socioambiental,

afirmando que os valores devem estar voltados para a conservação do meio ambiente, sendo este bem de uso comum do povo.

Em 2000, o MEC implantou o Programa Parâmetros em Ação no formato de formação continuada, para orientar a implementação dos PCNs. A metodologia do programa explora as quatro competências profissionais dos professores: a leitura e a escrita; o trabalho compartilhado; a administração da própria formação como aprendiz e formador; e a reflexão da prática pedagógica, ou seja, a reflexão sobre as representações sociais e a função de professor, bem como sobre os alunos, sobre a concepção de aprendizagem e de ensino e sobre o papel da escola como processo de transformação e de crescimento individual e coletivo (MENDONÇA, 2004, p. 16).

Em junho de 2002, a Lei n.º 9.795/99 foi regulamentada pelo Decreto n.º 4.281, que define, entre outras coisas, a composição e as competências do órgão gestor da PNEA, lançando, assim, as bases para a sua execução no Programa Nacional de Educação Ambiental (Pronea).

Em 2003, conforme afirmam Sorrentino *et al.* (2005), os Ministérios do Meio Ambiente e da Educação lançaram a campanha "Vamos cuidar do Brasil" com a Conferência Nacional do Meio Ambiente, idealizada pela ministra Marina Silva. A campanha teve duas versões: uma para adultos e outra para jovens.

Nesse mesmo ano, foi realizada a I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que envolveu 15.452 escolas em todo o país, mobilizando 5.658.887 pessoas em 3.461 municípios. Nesse evento, os jovens elaboram a Carta de Responsabilidade e propuseram a criação do Conselho Jovem de Meio Ambiente nas escolas.

A I Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente representa um marco na construção das políticas públicas de educação ambiental no Brasil. A partir dela, foi desencadeado um processo educativo que culminou com a implantação do programa "Vamos Cuidar do Brasil", contribuindo para a criação das Com-Vidas, para a implantação das Agendas 21 e para a criação dos coletivos Jovens de Meio Ambiente (BRASIL, 2007a).

Em 2004, a mudança ministerial e a consequente criação da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad) permitiram à Coordenação Geral de Educação Ambiental (CGEA) maior enraizamento no MEC e, conseqüentemente, nas redes estaduais e municipais de ensino, passando a atuar de forma integrada com áreas de estudo acerca da diversidade, da educação escolar indígena e da educação no campo, conferindo assim maior visibilidade à educação ambiental e propiciando condições para a transversalidade (BRASIL, 2005).

Depois dessas deliberações, em abril de 2004 técnicos e gestores representantes de secretarias de educação e de meio ambiente, reunidos em Goiânia, reconheceram o Pronea como orientador de políticas públicas de educação ambiental. Esse reconhecimento implica uma compreensão sobre a necessidade da gestão compartilhada e democrática segundo as orientações do Pronea (BRASIL, 2005).

O “Compromisso de Goiânia”, como ficou conhecido o documento final do encontro, selou um pacto dos representantes dos estados e dos municípios participantes com o órgão gestor da PNEA, com proposições para ser envidado um esforço conjunto e colaborativo capaz de “enraizar” a educação ambiental em todo o território nacional. Nessa direção, o órgão gestor tem buscado estimular a educação ambiental e a sustentabilidade (BRASIL, 2005).

Outro fator essencial foi o apoio da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente, que contribuiu para a expansão da educação ambiental nas escolas do ensino básico.

O programa “Vamos cuidar do Brasil” contempla ações estruturantes, continuação das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, formação continuada para professores, estudantes e comunidade; inclusão digital, criação de Com-Vidas, de Coletivos Jovens, Educação Chico Mendes, entre outras ações. Essas ações processuais têm vários objetivos: fortalecer a institucionalização da educação ambiental nas secretarias de educação; fomentar a criação e a consolidação das Comissões Interinstitucionais Estaduais de Educação Ambiental (Cieas) e Redes de Educação Ambiental; divulgar e assessorar a execução dos projetos e

programas da Secad-MEC; apoiar eventos de mobilização de educadores ambientais; integrar e promover sinergia entre as ações, projetos e programas de educação ambiental dos Ministérios de Educação e do Meio Ambiente por meio do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 2007b).

As Com-Vidas, os Coletivos Jovens e os processos de Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente foram de suma importância para o desafio da gestão de políticas públicas de educação ambiental.

A II Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (II CNIJMA), em 2005-2006, trouxe uma série de desdobramentos para a educação. Tendo como lema "Vivendo a diversidade na escola", a convenção abordou temas como biodiversidade, mudanças climáticas, segurança alimentar e nutricional, e diversidade étnico-racial, contribuindo para a divulgação e o debate (BARBOSA, 2008).

Outro evento de grande repercussão para a educação ambiental foi a III CIJMA, em 2009. Nela, os trabalhos desenvolvidos pela Coordenação-Geral de Educação Ambiental (CGeam-MEC) tiveram grande repercussão). Foram mobilizados, à época, milhões de jovens de todo o Brasil. Em 2010, os Coletivos Jovens de todo o Brasil, com a Rede Nacional da Juventude, planejou e realizou a I Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente – Confint. Em 2013, com o tema "Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis", foi realizada a IV Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

Através dessa linha do tempo, é possível constatar a evolução da educação ambiental no Brasil, sobretudo, verificar a histórica evolução da abrangência da temática.

TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NAS ESCOLAS DO ESTADO DE RORAIMA

Para compreender a trajetória da educação ambiental no processo educacional no Estado de Roraima, foram realizadas análises por meio dos relatórios produzidos pelos técnicos da Secretaria de Estado da Educação e

Desporto de Roraima (Seed-RR) nos anos de 2004, 2005, 2006, 2007, 2008 , 2009 e 2013.

A trajetória da educação ambiental nas escolas do Estado de Roraima teve início na década de 1990, mais precisamente em 1999, por meio do programa “Protetores da Vida”, com o objetivo de implantar as agendas ambientais nas escolas para sensibilizar e mobilizar jovens para as questões ambientais. Esse programa ficou a cargo do Centro de Ciências (Ceci-RR) até o fim de 2004.

Ainda em 2003, foi realizada a primeira versão da I Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, que envolveu todas as escolas do ensino fundamental de Roraima. O evento foi organizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Renováveis (Ibama) em parceria com a Secretaria Estadual de Educação e Desporto/Centro de Ciências.

Em 2004, para integrar as atividades voltadas para a temática ambiental na Secretaria de Educação em Roraima, foi instituído o programa "Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas/MEC". O programa agregou uma agenda positiva na Seed-RR, por meio do Centro de Ciências. Nesse período, foi criado o Coletivo Jovem de Meio Ambiente e realizada formação continuada para professores.

Esse mesmo ano foi marcado por importantes avanços e debates em torno da educação ambiental no Estado de Roraima, surgindo, assim, a necessidade de criar uma lei a respeito da política de educação ambiental local. Como consequência dos debates, foi criada, em anuência à proposta do deputado estadual Antonio Francisco Bezerra Marques, o Titonho (PT-RR), a Lei Estadual n.º 445/2004, que estabelece a política estadual de educação ambiental.

A partir de 2005, a temática ambiental passou a ser trabalhada nas escolas por meio da Coordenação de Educação Ambiental, vinculada à Divisão de Assuntos Pedagógicos (DAP) e ao Departamento de Educação Básica (DEB). Um grupo de trabalho iniciou uma série de atividades pedagógicas nas escolas estaduais: capacitações para professores visando à realização da II Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente; criação da Comissão Institucional de Educação Ambiental (Ciea-RR) por meio do

Decreto Estadual n.º 668/2005; preparação para o I Workshop da Juventude; Encontro da Juventude; criação das Com-Vidas; e implantação das Agendas 21. Nesse mesmo ano, no mês de dezembro, realizou-se a II Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente.

No ano de 2006, representantes das escolas de Roraima participaram da II Conferência Nacional pelo Meio Ambiente em Brasília-DF. Vinte e dois estudantes da rede pública da Capital e do interior do estado participaram como delegados na conferência. Roraima também teve representação das comunidades indígenas e dos assentamentos rurais, segmentos característicos da região.

Além da conferência, outros eventos foram realizados nesse mesmo ano. Entre outros, podem-se destacar o II Workshop da Juventude, o II Encontro da Juventude pelo Meio Ambiente e o fortalecimento das Com-Vidas. A equipe gestora da Agenda 21 escolar encaminhou projetos inéditos para o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (FNDE), por meio da Resolução n.º 13/2006, com o objetivo de aquisição de fundos para a capacitação de professores.

O fortalecimento do capital intelectual na área ambiental sempre foi um considerado uma necessidade no estado. Em 2007, por meio da implementação das Agendas 21 e dos Com-Vida, foram realizadas diversas capacitações para educadores e gestores ambientais por meio da metodologia Pedagogia de Projetos.

Nesse contexto, o Estado de Roraima estabeleceu uma interlocução com o governo federal e, por meio dela, passou a apresentar suas especificidades no contexto amazônico, propondo parcerias e apoio financeiro. E, ainda em 2007, foi elaborado um novo projeto para a viabilização de recursos do FNDE, de acordo com a Resolução n.º 54/2007, para a realização da III Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CIJMA).

Em janeiro de 2008, o então governador do Estado de Roraima, José de Anchieta Junior, com o secretário estadual de Educação, Luciano Moreira, reconheceu a importância da educação ambiental e criou, por meio do Decreto n.º 8.622-E, de 21 de janeiro de 2008, a Divisão de Educação

Ambiental e Temática Educacionais (Diat), cuja missão é promover a articulação das ações educativas voltadas às atividades de proteção, recuperação e melhoria socioambiental nas escolas.

Para tal feito, foi considerada a potencialização da função da educação ambiental como ferramenta para as mudanças socioculturais urgentes e necessárias para a garantia da qualidade de vida às presentes e às futuras gerações do Estado de Roraima. Dessa forma, a educação ambiental recebeu apoio para sua consolidação nas instituições de ensino do estado.

Ainda em 2008, já como divisão, a Diat iniciou uma série de atividades com o intuito de realizar a III Conferência Infantojuvenil pelo Ambiente. Foram ministradas oficinas de educomunicação para alunos da rede pública, além de outras para professores facilitadores com vistas à realização da conferência nas escolas.

Em 2009, o programa do governo federal “Mais Educação” trouxe a possibilidade da execução de ações de fortalecimento das Agendas 21 nas escolas. A Diat participou de um programa estadual denominado “Rodada de Projetos”, feito em parceria com o Sebrae-RR, quando foram enviados ao governo federal três projetos para captação de recursos: as “Hortas Escolares”, a “Revitalização dos Igarapés Pricumã e Wai-Wai em Roraima” e a “Criação de Com-Vidas”, assim como a implementação das Agendas 21.

Esses projetos trouxeram condições para o trabalho de sustentabilidade regional. Mais doze escolas enviaram ao governo federal e a outras instituições engajadas na questão ambiental projetos de revitalização dos igarapés de Boa Vista, capital do Estado de Roraima. Entre estas, estava a Universidade Federal de Roraima, a qual, por meio do Instituto de Geociências, selecionou os projetos para participarem do “Projeto Hidros”, patrocinado pela Petrobras Ambiental.

Nesse mesmo ano, a Fundação de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Femarh-RR) lançou o prêmio “Gestão Ambiental na Escola”, que teve como objetivo a viabilização da gestão ambiental e a formação da consciência cidadã. O projeto valorizou o desempenho individual e coletivo das escolas. Aliando esse desempenho à inclusão digital, propôs desafios ambientais competitivos às unidades escolares, recompensando os processos

educativos que proporcionassem a melhoria da qualidade ambiental na escola e na comunidade do entorno.

Assim, as parcerias interinstitucionais em Roraima foram paulatinamente tecendo uma teia de contatos que geraram atitudes e ações positivas em relação à questão ambiental no estado, traçando a identidade ambiental regional.

Em 2010, a educação ambiental já tinha sido consolidada nas escolas do Estado de Roraima. Contudo, a nova gestão da Secretaria de Estado da Educação e Desporto retirou do organograma da Seed a divisão responsável pela educação ambiental. Essa mudança fez com que o processo retroagisse, de modo a reduzi-lo a um simples projeto dentro da instituição. Desse modo, sem a valorização da questão ambiental, não foi possível dar continuação às ações que já estavam sendo desenvolvidas.

A I Conferência Internacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente (CIIJMA), devido a essa mudança, não teve representatividade de Roraima. Apesar disso, o ativismo pelas causas ambientais estava ativo, e as escolas, por meio de seus agentes (capacitados), continuaram insistindo na prática da educação ambiental. Contudo, as ações que estavam sendo desenvolvidas foram efetivadas em menor escala do que as previstas, tanto na esfera educacional formal quanto na informal.

Em 2011, houve uma grande militância para o retorno da Divisão de Educação Ambiental na Seed-RR. No mês de abril do mesmo ano, após várias tentativas e com o olhar de uma nova mudança na Secretaria de Estado da Educação e Desporto, a Divisão Ambiental e Temáticas Educacionais (Diat) voltou a ter legitimidade, tentando se restabelecer do indevido afastamento que quase provocou um colapso de continuação das ações da educação ambiental à época.

Em 2012, a divisão passou a se chamar Divisão Ambiental (Diab). Com uma nova equipe, foi realizado o I Fórum de Educação Ambiental em Roraima com o intuito de discutir e reformular a Lei n.º 445/2004, o qual contou com a participação integral da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental (Ciea). Ainda nesse mesmo ano, a Secretaria de Estado da Educação e Desporto aderiu ao programa Ensino Médio Inovador, do

governo federal, em que um de seus macrocampos contempla a educação ambiental por meio da criação das Com-Vidas e da implementação da Agenda 21.

Em 2013, com objetivo de implantar o programa “Escola Sustentável”, com a readequação de prédios escolares e da gestão, além da formação de professores e da inserção da temática “mudança do clima” nos currículos e materiais didáticos, mais recursos foram viabilizados pelo governo federal por meio da Resolução n.º 18/2013 e do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE). Além disso, o programa “Escola Sustentável” ainda conseguiu captar recursos por meio do Plano de Ação Articulada/FNDE (PAR/FNDE).

Ainda nessa perspectiva, foram disponibilizados recursos pelo PAR para a realização da IV CEIJMA. Em novembro do mesmo ano, foram realizadas as conferências no Estado de Roraima, convergindo para a conferência máster em Brasília.

RESULTADOS DAS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM RORAIMA

Os dados para análise foram obtidos dos Relatórios da Divisão de Educação Ambiental da Secretaria de Estado da Educação e Desporto de Roraima (Seed-RR) nos anos de 2007 a 2013. Na Figura 1, é possível observar a evolução da implantação das Agendas 21 e dos Com-Vidas nas escolas indígenas, bem como nas escolas não indígenas do interior e da Capital.

Quanto à inclusão da EA na proposta política pedagógica das escolas, percebe-se que a EA está voltada mais para o Município de Boa Vista (Figura 2). Constata-se também que as escolas do ensino fundamental do Estado de Roraima se envolveram na realização das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, entretanto houve menor envolvimento em 2013 (Figura 3).

O percentual de alunos mobilizados e participantes das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente no Estado de Roraima foi

maior nos anos de 2005 e 2008, com 36% e 28%, respectivamente (Figura 4).



Figura 1. Dados das escolas que implementaram a Agenda 21 e criaram as Com-Vidas no período de 2007 a 2013.

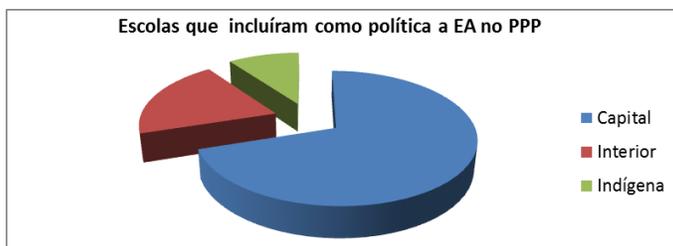


Figura 2. Escolas que incluíram as ações de educação ambiental no Projeto Político Pedagógico.

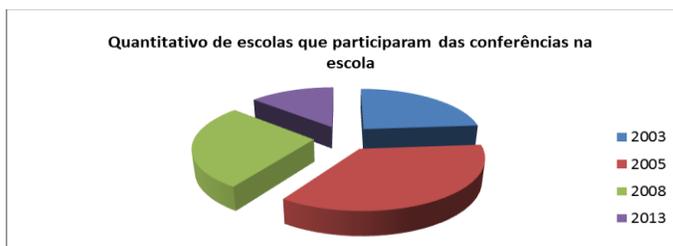


Figura 3. Quantitativo de escolas estaduais participantes das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente.

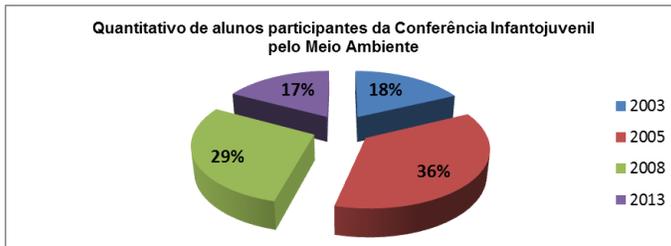


Figura 4. Quantitativo de alunos mobilizados e participantes das Conferências Infantojuvenis.

Foram mobilizados, por meio de cinco eventos promovidos pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto, 6.200 jovens roraimenses com o intuito de fortalecer as políticas de EA nas escolas (Figura 5).

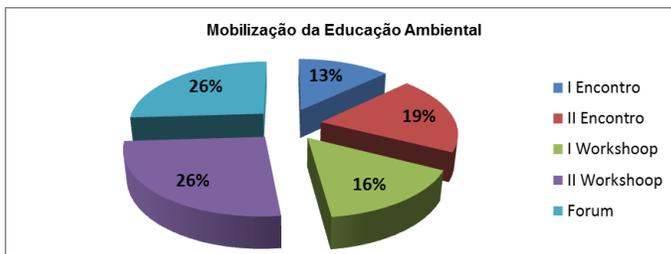


Figura 5. Distribuição da mobilização da educação ambiental nos eventos promovidos pela Secretaria de Estado da Educação e Desporto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo permite constatar que a educação ambiental tornou-se efetivamente uma política pública no Estado de Roraima. Por meio da articulação dos agentes ambientais da Secretaria Estadual de Educação, que tem funções laborais pedagógicas no sistema de ensino e nas escolas, é possível verificar que diversas ações foram realizadas ao longo da institucionalização dessa política em Roraima. Entre essas ações, destaca-se a formação continuada para professores e alunos, que trouxe subsídios para a interação das ações desenvolvidas pelas escolas.

Nesse aspecto, é importante considerar o sucesso obtido por intermédio do fortalecimento do protagonismo juvenil. Outro exemplo é a realização das Conferências Infantojuvenis pelo Meio Ambiente, que podem ser consideradas um marco para a construção das políticas públicas ambientais, trazendo uma perspectiva sistêmica de valorização de práticas dialógicas, com o objetivo de construir uma gestão pública descentralizada e com proposta de compartilhamento de responsabilidades. Outros eventos tiveram o papel de mobilizar os estudantes e a sociedade em geral para as causas ambientais, tais como os Encontros da Juventude, workshops e fóruns ambientais.

A criação da Política Estadual da Educação Ambiental (Lei n.º 544/2004/RR) é um marco representativo da luta dos agentes ambientais, assim como a criação da Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental em Roraima, que agregou diferentes instituições, órgãos, gestores e sociedade em geral. As ações do Coletivo Jovem e da Divisão de Educação Ambiental, por meio da Secretaria de Estado da Educação e Desporto, fizeram com que a questão ambiental deixasse de ser uma política de governo e passasse a ser uma política de estado. O financiamento das ações ambientais, por meio do governo federal (PDDE/FNDE), permitiu a criação das Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (Com-Vidas) e a implementação das Agendas 21 nas escolas públicas de Roraima, o que também contribuiu para o êxito das ações ambientais.

Além disso, Contudo, vislumbram-se novos horizontes para a educação ambiental em Roraima com a criação de escolas com características tipicamente sustentáveis, que obedeçam aos padrões retilíneos de suas aplicabilidades e que podem servir de modelo para o resto do país; com trabalho pedagógico que envolva a transversalidade, de modo a proporcionar não apenas aquisição de conceitos científicos, mas também o despertar da sensibilidade, dos valores, da ética e da cidadania.

Este estudo não termina aqui. Novas proposições e ações estão sendo articuladas. Apesar de todas as dificuldades, a educação ambiental conta com muitos agentes, que, efetivamente, lutam pela causa ambiental, que é

necessária, sobretudo em Roraima, que acolhe parte da Amazônia Brasileira, com suas diversidades ambientais e culturais.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, L.C. Políticas Públicas de Educação Ambiental numa Sociedade de Risco: tendência e Desafio no Brasil. In: IV ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 2008, Brasília. **Anais...** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao11.pdf>>. Acesso em: 28 jun. 2012.

BRASIL, Diretoria da Educação Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental-ProNEA. **Brasília: MMA, 2005.**

BRASIL, Ministérios da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Formando Com-Vida: Construindo Agenda 21 na escola.** Brasília: MEC/Coordenação Geral de Educação Ambiental, 2007a.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade.** Brasília: MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, Cadernos SECAD 1. 2007b. 109p

BRASIL. Lei 9.795/99, de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília, 1999.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: temas transversais – Meio Ambiente/Saúde,** vol. 9. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1998b.

BRASIL. Presidência da República. Decreto Nº 4.281 de 25 de junho de 2002: Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental. Publicado no D.O.U. em 26/06/2002. Disponível:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4281.htm>. Acesso em 06 jun. 2012.

GUIMARÃES, M. A **dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papirus, 1995.

MENDONÇA, P.R. **Educação Ambiental como Política Pública: Avaliação dos Parâmetros em Ação – Meio Ambiente na Escola**. 2004. 122 f. Dissertação (Mestrado em Política e Gestão Ambiental). Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2004.

RORAIMA (Estado). Lei nº 445, de 07 de junho de 2004. Dispõe sobre a Educação Ambiental, institui a Política Estadual de Educação Ambiental, cria o Programa Estadual de Educação Ambiental e complementa a Lei Federal nº 9.795/99, no âmbito do Estado de Roraima.

SATO, M. **Educação Ambiental**. São Paulo – Rima 2002.

SORRENTINO, M; TRAJBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRARO Jr., L.A. Educação ambiental como políticas públicas. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.